



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Divisão de Engenharia e Arquitetura

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (LEI 14.133/2021) 1592509**

### **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES E DE CONSUMO**

#### **Introdução**

ETP foi elaborado conforme:

- a ordem dos elementos indicados no § 1º Art. 18 Lei 14.133/2021 ( Nova Lei de Licitações e Contratos);
- o guia de suporte ao preenchimento de ETP 0366701, com orientações sobre conceitos, elaboração de textos e referências normativas.

Observação: conforme § 2º Art. 18 Lei 14.133/2021, ETP deverá conter ao menos os itens **I, IV, VI, VIII e XIII** e, quando não contemplar os demais, deverão ser incluídas as devidas justificativas.

#### **I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público**

Contratação de empresa para a elaboração de projetos Arquitetura e Engenharia envolvendo as disciplinas de Luminotécnico, Elétrica, Climatização, Acessibilidade e Hidrossanitário do edifício Antônio Fernando Pinheiro – AFP, sede I do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Imprescindível a modernização do sistema de climatização, tendo em vista que o atual sistema se encontra em fase final de sua vida útil. Tal intervenção também demanda a execução de um sistema de forro, com a correspondente atualização da iluminação. Também é importante a reforma dos quadros elétricos dos pavimentos, com revisão e identificação dos circuitos de tomadas.

Igualmente necessária a execução de nova solução hidrossanitária modernizada, haja vista que a atual rede hidráulica é antiga, com tubulações em ferro fundido e com focos de vazamento. Isso gera desperdício e custos com manutenção.

A Seção de Projetos de Engenharia e Arquitetura – SEPEA/ DIEAR, é responsável pelo planejamento, elaboração de termos, fiscalização de execução de contratos, apoio a subseções, levantamento de informações e elaboração de documentos exigidos quando da elaboração do Plano de Obras do TRF-6, entre outras demandas, tais como estudos e avaliações para viabilizar decisões gerenciais. A equipe da DIEAR é composta por 5 servidores generalistas, sendo 4 (quatro) servidores com formação na área de Engenharia Civil e 1 (um) na área de Arquitetura, este último responsável pela atual Seção de Projetos de Engenharia e Arquitetura – SEPEA. Resta caracterizado que não temos condições de desenvolver projetos executivos completos uma vez que esses demandam profissionais especialistas em cada disciplina envolvida na ação. Tal contratação tem o objetivo de vencer essa limitação da DIEAR e possibilitar que os estudos elaborados por ela sejam desenvolvidos, técnica e legalmente, ao nível de possibilitar a licitação de sua execução posterior de forma otimizada.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

A contratação objeto deste Termo encontra-se alinhada com:

Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF 2021/2026, aprovado pela Resolução N. CJF-RES-2020/00325 e alterações.

Macrodesafio: “Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”.

Indicador: “IEP – Índice de Execução das Dotações para Projetos”.

Iniciativa: “Modernização das instalações de climatização, iluminação, elétrica, acessibilidade e hidrossanitário no Edifício Antônio Fernando Pinheiro do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.”

A contratação faz parte do Plano de Obras - Ação 219Z-002V, referente a reformas no Edifício sede I.

III - Requisitos da contratação

Equipe técnica mínima considerada:

**Engenheiro Coordenador** ou outro profissional de nível superior legalmente habilitado;

**Engenheiro Eletricista** ou outro profissional de nível superior legalmente habilitado;

**Engenheiro Mecânico** ou outro profissional de nível superior legalmente habilitado;

Justificativa: Conforme o inciso III do Art. 67 da Lei 14.133/2021, a equipe mínima é exigida para garantir a qualificação técnica dos serviços de coordenação, elaboração de projetos e compatibilização. Para assegurar qualidade, eficiência, economicidade e o cumprimento de prazos. A Justiça Federal seleciona no mercado profissionais, materiais e tecnologias qualificados, garantindo a excelência em prol do interesse público.

Na seleção dos profissionais é possível o acúmulo de funções entre profissionais, desde que sejam legalmente habilitados.

#### Habilitação Técnico Operacional:

Necessidade de contratação de empresa legalmente habilitada, registrada na entidade profissional competente.

Como se trata de licitação na modalidade Técnica e Preço, será considerado para critério de habilitação Técnico Operacional somente que a empresa apresente experiência na execução de serviço similar, independente da capacidade sendo a definição de pontuação definida em planilha específica de proposta.

Foram considerados para critério de habilitação somente as disciplinas mais relevantes ao desenvolvimento dos projetos, em que o valor do desenvolvimento seja superior a 4% do certame, sendo considerado:

- Elaboração de projetos de climatização em edificação comercial ou pública, sem requisito de capacidade, do tipo VRF ou chiller em BIM.
- Elaboração de projetos de elétricos em edificação comercial ou pública, sem requisito de capacidade, em BIM.

#### Habilitação técnico profissional

Necessidade de contratação de profissional registrado na entidade profissional competente, comprovante por meio de atestados registrados a execução de serviços similares ao escopo da contratação;

Foram considerados para critério de habilitação somente as disciplinas mais relevantes ao desenvolvimento dos projetos, em que o valor do desenvolvimento seja superior a 4% do certame, sendo considerado:

- Para o **Engenheiro Eletricista**, ou outro profissional legalmente habilitado, comprovação de elaboração de projetos pertencentes a edifícios comerciais ou públicos, contendo, no mínimo, as disciplinas de Sistemas Elétricos em BIM, sem requisito mínimo de área.
- Para o **Engenheiro Mecânico**, ou outro profissional legalmente habilitado, comprovação de elaboração de projetos pertencentes a edifícios comerciais ou públicos, contendo, no mínimo, as disciplinas de Climatização de VRF ou Chiller em BIM, sem requisito mínimo de área.

O objetivo de definição da seleção de uma equipe e empresa qualificada é para reduzir os riscos advindos da contratação de empresas e profissionais sem experiência no projeto a ser desenvolvido.

#### Qualificação Econômico-financeira

Por se tratar de certame com valor limite estimado superior ao valor da dispensa de licitação, em se tratando de serviço de alta complexidade e, seguindo o entendimento do Acórdão TCU 891/2018 - Plenário, será obrigatória a exigência de qualificação econômico-financeira para o certame, nos termos da nova LLC, em valor proporcional ao do certame.

Deste modo, tendo como base o modelo de Termo de Referência da AGU, foi adicionada a exigência de 10% do Patrimônio Líquido Mínimo.

#### Caracterização entre Serviço Técnico predominantemente intelectual ou Serviço Técnico Padronizável

- A solução de projeto apresenta diagnóstico, interpretação ou solução técnica não padronizável?

Trata-se de elaboração de nova solução de climatização para a edificação, incluindo também a revisão de infraestrutura elétrica, modernização do sistema de ventilação, alteração do luminotécnico e execução de sanitários acessíveis. Como se trata de diversos sistemas e cada um destes sistemas possuem diversas soluções, entendemos que não se trata de solução padronizável, não sendo conhecido o cenário final de desenvolvimento dos projetos quando da contratação. Por exemplos, existem diversas modalidades de climatização a serem avaliadas, podendo ser modernizado o sistema de chiller, existente hoje na edificação, alterado para VRF, escolhido o uso de ar condicionados do tipo split, além das diversas possibilidades de distribuição do ar climatizado e isso é somente referente à disciplina de climatização. Para as disciplinas de elétrica, luminotecnica e acessibilidade, podem ser apresentadas diversas concepções de projetos.

- Existem múltiplas soluções tecnicamente viáveis?

Entendemos que existem múltiplas soluções tecnicamente viáveis, conforme mencionado acima, não tendo esta área de engenharia conhecimento prévio da melhor solução a ser selecionada, sendo necessária a contratação de profissional com adequada expertise.

- O resultado depende da metodologia e expertise da equipe?

O resultado depende da expertise da equipe dada a alta probabilidade de combinações que podem ser apresentadas

- Uma eventual falha técnica pode gerar impacto relevante ao interesse público?

Entendemos que sim, pois trata-se sistema com vida útil de projeto de pelo 15 anos, no caso

do sistema de climatização, a depender da qualidade da manutenção podendo durar por maiores períodos. Ou seja, uma má especificação pode apresentar um risco de seleção de sistema com baixa eficiência energética, o que representará custos expressivamente maiores para a Administração ao longo dos anos. Para outros sistemas, como o de luminotécnico, é importante que o sistema atenda aos critérios definidos em norma, em caso de falhas de projetos, necessitará de adequações constantes ao sistema de iluminação e não atenderá aos critérios mínimos que garantem um ambiente de trabalho adequado.

Conclusão: O objeto caracteriza-se como serviço técnico de natureza predominantemente intelectual, uma vez que demanda elevado grau de análise técnica especializada, não sendo possível a definição exaustiva e objetiva das soluções antes da contratação. O resultado final depende da metodologia adotada, da experiência da equipe técnica e do julgamento profissional do contratado, razão pela qual a simples adoção do critério de menor preço não assegura a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

#### Motivação para a licitação na modalidade Técnica e Preço:

Com base na Lei 14.133, o critério de seleção por Técnica e Preço deve ser utilizado para licitações acima de R\$ 300.000,00 (texto da lei, valor ajustado anualmente) referentes a serviços técnicos predominantemente intelectuais. A contratação de projetos de engenharia se enquadra no quesito de serviços predominantemente intelectuais. Para os casos abaixo do valor acima citado, cabe à Administração efetuar juízo de valor quanto à natureza comum ou especial dos serviços. Quando se trata de serviços intelectuais há sempre uma imprecisão em tal definição, pois são serviços de difícil quantificação e que necessitam de especialização profissional. Focando na contratação em questão, como se trata de um projeto de reforma, fato que aumenta a complexidade da solução, inclui a previsão de planejamento de obras com o edifício em funcionamento, inclui a necessidade de contratar profissionais que tenham experiência de solucionar problemas mediante as condições reais da edificação e possui preço estimado relativamente próximo ao critério de obrigatoriedade de contratação por Técnica e Preço. Diante dos critérios acima expostos, esta área entende que tal serviço tenha condições para se enquadrar em uma contratação na modalidade técnica e preço.

A escolha pela modalidade de técnica e preço justifica-se pela natureza do serviço, que envolve múltiplas soluções possíveis e custos variados. Nesse contexto, torna-se essencial selecionar uma empresa com comprovada capacidade operacional, capaz de compreender as necessidades do TRF6 e propor alternativas que assegurem a melhor relação custo-benefício.

Trata-se de um serviço técnico que exige expertise profissional, uma vez que diferentes abordagens podem ser aplicadas para solucionar o mesmo problema. Assim, a qualificação técnica da empresa contratada constitui fator decisivo para garantir a efetiva resolução das demandas apresentadas.

Diante do acima exposto recomendamos pela contratação na modalidade técnica e preço, com o critério de técnica sendo o mais relevante, de modo a beneficiar as empresas com maior experiência neste tipo de solução. Sugerimos a licitação com os pesos de 60% para técnica e de 40% para preço.

O conceito de técnica e preços da contratação foram baseados nos requisitos Art.27 da IN SEGES 02/2023

"Art. 27. O exame de conformidade das propostas de técnica observará as regras e as condições de ponderação e de valoração previstas em edital, que considerarão, no mínimo, os seguintes quesitos:

I - a verificação da capacitação e da experiência do licitante, por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - o atendimento a preceitos de desenvolvimento sustentável;

III - a quantidade e a qualidade dos recursos financeiros, tecnológicos ou humanos que o licitante se compromete a alocar para a execução do contrato; "

As notas técnica são avaliadas por Capacidade Técnico-Operacional da empresa, capacidade Técnico-Profissional da equipe e por pontuação extra referente a critérios ambientais e de qualidade tecnológica dos licitantes.

De modo a simplificar o ETP, o conceitos específicos e metodologias estão constantes do Termo de Referência e da planilha de propostas técnicas, constante do anexo II da licitação.

#### Subcontratação:

A subcontratação fica limitada a 25% do valor do contrato, mediante prévia aprovação da Fiscalização e Gestão do Contrato, desde que a contratada demonstre a qualificação técnica por meio de atestados relativos ao potencial subcontratado.

Como se trata de elaboração de serviços intelectuais que envolvem especialidades diversas e levantamentos e/ou ensaios técnicos específicos, não é comum haver empresa que execute todas as atividades ou serviços na sua integralidade. É prática comum do mercado o trabalho de escritórios de arquitetura com escritórios parceiros como os de análises estruturais, levantamentos, consultorias de patologia, entre outros serviços necessários.

Não será permitida a subcontratação dos serviços relacionados à parcela principal do contrato referente à solução de climatização, de elétrica e de coordenação dos projetos.

#### Da exigência do Seguro Garantia:

-

Será exigido o seguro de 5% do valor do Contrato. Tal exigência é justificada por se tratar da necessidade da administração se resguardar quanto a eventual prejuízo decorrente de descumprimento contratual, por se tratar de ação prevista no plano de obras, de complexidade técnica relevante e que gerará um alto custo para administração quando da execução.

#### Definição de índice de reajuste:

Será utilizado o INCC-DI como índice de reajustamento contratual, em decorrência de se tratar de índice comumente utilizado em contratações públicas de serviços de engenharia.

**IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala**

Como se trata de elaboração de projetos únicos de climatização, iluminação, elétrica, acessibilidade e hidrossanitário, não há que se pensar em soluções disponíveis de mercado, sendo a fase de projeto a responsável por elaborar análises e determinar soluções entre as possibilidades existentes no mercado.

Deste modo, este item não é aplicável a esta contratação. As soluções disponíveis no mercado para a demanda tratada neste documento contemplam:

1- Contratação de todos os projetos que compõem o que tecnicamente é chamado de Projetos Executivos, desde a fase dos Estudos Preliminares;

2- Contratação de profissionais terceirizados para o desenvolvimento dos projetos sob a coordenação da equipe técnica da DIEAR.

A memória de cálculo se baseia na observação direta das necessidades do setor de engenharia e das subseções que contratam serviços de obras e engenharia. Sendo análise técnica e de mérito da Divisão de Engenharia e Arquitetura do TRF6. O cálculo considera as horas de trabalho dos profissionais envolvidos necessárias para a execução de todo o escopo contratual, a partir da estimativa obtida por meio da experiência da equipe da DIEAR, conforme apresentado no Anexo II do Termo de Referência.

**V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar**

A finalidade da contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para prestação de serviços técnico-profissionais especializados para elaboração dos projetos básicos e executivos para desenvolver projetos de climatização, iluminação, elétrica, acessibilidade e hidráulica, corrobora-se na necessidade de que tal desenvolvimento, requerido por uma reforma que envolva várias disciplinas técnicas, demanda um corpo técnico com pelo menos um especialista pleno de cada disciplina envolvida.

A contratação viabiliza-se técnica e financeiramente, uma vez que o TRF6 não dispõe em seu quadro de profissionais com as especialidades requeridas.

**VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação**

O valor de R\$ 249.135,50 (duzentos e quarenta e nove mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) foi obtido por meio de composições de preço realizadas pela DIEAR.

**VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso**

Tecnicamente, a JF não possui em seu quadro profissionais especializados em elaboração de projetos, atividade complexa e que envolva equipes multidisciplinares, possuindo profissionais de caráter generalista.

Diante deste cenário, deve-se contratar indiretamente a elaboração dos projetos. Economicamente, diante da inexistência de outra solução para a contratação dos projetos, somos do entendimento que não há a necessidade da justificativa econômica para esta contratação, dada a inviabilidade de solução por equipe interna do TRF 6 - SJMG englobando estudo dos impactos e apresentação de soluções viáveis aos projetos.

O serviço a ser contratado será dividido em 4 fases:

- Fase 1 – Estudo Preliminar;
- Fase 2 - Anteprojeto;
- Fase 3 – Projeto Básico;
- Fase 4 – Projeto Executivo.

O produto final a ser entregue será a documentação técnica base para a realização de uma licitação pelos setores de manutenção ou engenharia deste Tribunal com vistas à execução das propostas aqui desenvolvidas.

**VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação**



Por se tratar de serviço intelectual para aferição, vistoria, avaliação, proposta de alteração e seus impactos nos espaços existentes, é entendimento desta área técnica que tais ações devem estar sob responsabilidade, e consequentes acompanhamento e compatibilização, do responsável técnico pelos projetos. Da mesma forma o gerenciamento da equipe e ajustes necessários durante o processo, se tornam mais eficazes mediante a contratação de um único responsável pelo contrato.

#### **IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis**

Redução considerável do prazo de entrega e das condições de realização dos serviços, pesam mais que o valor objetivo das opções. O desenvolvimento de solução viáveis para atender a demanda por profissionais especialistas, sem incorrer no risco de subjetividade nessa avaliação.

#### **X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual**

Não há providências. Já previsto no PCA 2025.

#### **XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Concomitante contratação de apoio à fiscalização para o recebimento do objeto da presente licitação.

Posterior contratação de execução de reforma.

Posterior contratação de apoio e fiscalização técnica de reforma.

## **XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável**

Considerando os critérios de sustentabilidade abaixo, a presente contratação é compatível em seu interesse com os critérios abaixo:

I - Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII – Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

As especificações a serem elaborados nos projetos deverão ter como balizadores os princípios acima e o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF).

## **XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo, declaramos ser viável a contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Augusto Prado Alves, Diretor(a) de Divisão**, em 21/01/2026, às 17:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1592509** e o código CRC **6424004E**.